



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2026.

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 10:00h (dez horas), na Sala de Reuniões Novo Mundo da Metrobus Transporte Coletivo S/A., sito à Rua Patriarca, nº 299, Vila Regina, Goiânia – GO., CEP 74.453-610, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.392.459/0001-03, arquivada na JUCEG através do NIRE de nº 5230000804-2. **2. QUÓRUM:** Reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Metrobus, através de videoconferência, com a participação dos senhores **MIGUEL ÂNGELO PRICINOTE**, Subsecretário de Políticas para Cidades e Transporte, designado pelo Secretário Chefe da Secretaria Geral de Governo, senhor Gean Carlo Carvalho, como representante legal do Estado de Goiás – Acionista Majoritário; **ROBERTO RABELO**, representando a Rápido Araguaia Ltda e **CLÁUDIO HONÓRIO RODRIGUES**, representando a HP Transportes. Participaram, ainda, da Assembleia os senhores Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto, Diretor Presidente da Metrobus, Antônio Márcio Miguel, Superintendente Financeiro, Valdivino Correia da Silva, Coordenador Contábil e os senhores Jairo Aires de Sant’Ana e Steffany Izidório, representando os Auditores Independentes – Audimec Auditores Independentes S/S. Houve a participação da maioria dos Acionistas, representando 99,85% (noventa e nove vírgula oitenta e cinco por cento) dos votos. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Verificado o quórum legal, a Assembleia Geral Ordinária foi instalada, por videoconferência, tendo assumido a Presidência da Mesa o senhor Miguel Ângelo Pricinote, na qualidade de representante do Acionista Majoritário. Os trabalhos foram secretariados pelo senhor Edir Gomes – Assessor da Presidência. **4. FORMA DE CONVOCAÇÃO:** Os Acionistas foram convocados na forma estabelecida no art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, por meio de Edital publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, nos dias 16, 17 e 22/04/2026, págs. 135, 95 e 104, respectivamente e nas págs. 18, 18 e 18 do caderno “Classificados” do Jornal de grande circulação O HOJE, nos dias 16, 17 e 18/04/2026 respectivamente. **5. EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** “ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA METROBUS – O Diretor Presidente da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.392.459/0001-03, convoca os Senhores Acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Metrobus Transporte Coletivo S/A, a realizar-se no dia 24/04/2026, sexta-feira, às 10:00 (dez horas), **via digital, com a utilização da ferramenta de Videoconferência**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia; ORDINÁRIA: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025; b) Deliberar sobre assuntos de interesse da Sociedade, caso necessário. A realização da Assembleia digital está amparada no Parágrafo Único



do art. 121 da Lei nº 6.404/76 e na IN DREI nº 81. Os dados para acesso à Assembleia, bem como demais informações serão repassadas via Ofício. Francisco Caldas – Diretor Presidente da Metrobus Transporte Coletivo S/A”.

6. DESENVOLVIMENTO E DELIBERAÇÕES:

Declarando aberta a reunião, o Presidente da Mesa, senhor Miguel Ângelo Pricinote agradeceu a participação dos Acionistas e solicitou ao Secretário que fizesse a leitura do Edital de Convocação, o que foi feito de imediato. Ato contínuo o Presidente passou a palavra ao senhor Francisco Caldas, para as suas considerações iniciais. O Presidente da Metrobus agradeceu a participação dos senhores Acionistas e na sequência passou a palavra ao senhor Antônio Márcio Miguel, Superintendente Financeiro para explanação aos Acionistas do primeiro item da pauta, qual seja, “Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025”. O senhor Antônio Márcio, cumprimentando a todos os acionistas fez uma síntese da apresentação das fontes de Receitas e Despesas da Companhia, as quais constam da documentação contábil e será detalhada aos Acionistas nesta oportunidade. Ato contínuo, passou a palavra ao Contador da Metrobus, senhor Valdivino Correia da Silva para explicar a documentação contábil, constante da prestação de contas do exercício de 2025, contendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do exercício, a Demonstração de Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhados das Notas Explicativas. Inicialmente o senhor Contador informou que, qualquer dúvida porventura existente na sua apresentação, deixava os senhores Acionistas à vontade para solicitar melhores explicações. Iniciando a sua fala, explanou aos Acionistas sobre as grandes variações do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis. Informou ao ensejo, que as variações ocorridas do Balanço 2024 x 2025 foram no geral irrelevantes, dando ênfase às grandes variações do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis, esclarecendo que o total do Ativo de 2024 ficou em R\$ 45.326 mil e o total em 2025 ficou em R\$ 45.177 mil. Em seguida, explicou às Contas de maiores relevâncias, ou seja: No Ativo Circulante a conta Contas a Receber em 2024 teve um saldo de R\$ 12.765 mil e em 2025 foi de R\$ 16.898 mil; Estoques que em 2024 foi da ordem de R\$ 8.050 mil e no ano de 2025 foi de R\$ 5.290 mil. Com referência ao Ativo Não Circulante, mencionou a Conta do Imobilizado, que no exercício de 2024 o saldo foi da ordem de R\$ 15.517 mil e no exercício de 2025 foi de R\$ 14.359 mil, justificado na Nota 9 das Notas Explicativas. Na sequência, o Contador discorreu sobre o Passivo e Patrimônio Líquido que teve como grandes variações: no Passivo Circulante a conta Salários e Encargos Sociais, que em 2024 foi da ordem de R\$ 5.028 mil e em 2025 da ordem de R\$ 7.295 mil. Com referência ao Passivo Não Circulante explicou o senhor Valdivino que a conta Provisão para Contingências, fechou no exercício de 2024 com um saldo de R\$ 15.506 mil e em 2025 fechou com um saldo de R\$ 16.483 mil. Já o Contas a Pagar tinha um saldo em 2024 de R\$ 2.087 mil e em 2025 o saldo foi zerado. Mencionou, ainda o Patrimônio Líquido que teve uma redução onde em 2024 fechou



em R\$ 8.858 mil e em 2025 fechou em R\$ 6.214 mil, em decorrência do prejuízo do período. Dando continuidade à explanação, foram feitas as devidas explicações sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício – DRE. Inicialmente o senhor Valdivino falou sobre o aumento das Receitas Operacionais que em 31 de dezembro de 2024 foi da ordem de R\$ 44.732 mil e em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 55.129 mil, conforme demonstrado na Nota 18-a1. As Receitas de Subvenção Econômicas para Custeio ficaram equivalentes, sendo que em 2024 a empresa recebeu R\$ 57.126 mil e em 2025 recebeu R\$ 57.611 mil. Sobre a Receita Líquida de Vendas e Serviços informou que em 2024 a mesma foi de R\$ 102.326 mil e em 2025 foi de R\$ 112.460 mil. Ato contínuo, explicou que o Custo dos Serviços Prestados em 2024 foi da ordem de R\$ 73.627 mil e em 2025 de R\$ 91.425 mil, fechando com um Lucro Bruno Operacional em 2024 de R\$ 28.699 mil e em 2025 com lucro operacional da ordem de R\$ 21.035 mil. Na continuidade da fala do Contador, este explicou sobre as Despesas Administrativas que em 2024 fechou com um saldo negativo de (R\$ -17.026 mil) e em 2025 com saldo negativo de (R\$ -20.709 mil). Prosseguindo, explicou que as Causas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias fecharam, também, negativas no exercício de 2024 em (R\$ -13.115 mil) e em 2025 com saldo negativo de (R\$ -4.814 mil). O Resultado Financeiro da empresa não sofreu grandes relevâncias, tendo ficado em 2024 com um saldo de R\$ 757.000 mil e em 2025 com um saldo de R\$ 411.000 mil. Dando continuidade à sua apresentação, o senhor Valdivino discorreu sobre as Receitas/Despesas Não Operacionais, onde a despesa com pessoal à disposição em 2024 foi da ordem de (R\$ -27.202 mil) e em 2025 de (R\$ -29.108 mil). Sobre a Receita de Subvenção para custear o pessoal à disposição, explicou que em 2024 a Companhia recebeu R\$ 27.320 mil e em 2025 recebeu R\$ 28.597 mil. O resultado do período fechou 2024 com um prejuízo da ordem de (R\$ -1.964 mil) e em 2025 fechou com um prejuízo de R\$ (-2.544 mil). Encerrada as explanações do Contador da empresa, retomou a palavra o Superintendente Financeiro, senhor Antônio Márcio Miguel que ilustrou mais alguns números quanto ao crescimento das receitas operacionais. Mencionou sobre a inadimplência por parte de algumas Prefeituras que compõem a Região Metropolitana de Goiânia, qual seja, Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo, Goianira e Goiânia, com referência ao Socorro Emergencial e à Tarifa Técnica. Em seguida, explicou sobre a evolução de outras receitas, dos custos operacionais e das despesas administrativas, a redução em acordos judiciais, além do demonstrativo do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e demonstração fiscal (LALUR)-2025. Por fim, esclareceu sobre os recursos oriundos do Tesouro Estadual e mencionou que no item 9 das Notas Explicativas - Imobilizado sobre o *Impairment* a Diretoria acatou a instrução técnica nº 65/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás-TCE, e a não realização do CPC/01, sendo que o TCE citou que a obrigação da realização do *Impairment* é para as empresas de grande porte o que não é o caso da



Metrobus. Após as explicações dadas aos senhores Acionistas, foi franqueada a palavra para os mesmos se manifestarem sobre a documentação contábil. Não havendo manifestação, passou-se, em seguida, a palavra aos representantes da Auditoria Independente – Audimec Auditores Independentes, senhores Jairo Aires de Sant’Anna e Steffany Izidório para explanarem sobre o Relatório da Auditoria. O senhor Jairo cumprimentou a todos os participantes da Mesa e, em seguida, passou a palavra para a senhora Staffany para explicar sobre o Relatório da Auditoria. A Auditora, usando a palavra, disse que as demonstrações contábeis individuais da Metrobus Transporte Coletivo S.A., compreendendo o **Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025** e as respectivas **demonstrações do resultado do exercício**, dos **resultados abrangentes**, das **mutações do patrimônio líquido** e dos **fluxos de caixa para o exercício findo naquela data**, bem como as correspondentes **notas explicativas**, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da Metrobus em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Explicou que, a exemplo do exercício anterior, não foi realizado o **Teste de Impairment – CPC – Redução ao valor recuperável de ativos e estudo para reavaliação de vida útil, conforme Resolução nº 1.177/2009 do Conselho Federal de Contabilidade**. Informou, na sequência, que apesar da realização do inventário referente aos saldos de 31 de dezembro de 2025, a Metrobus não efetuou a avaliação de eventuais perdas em relação ao saldo do seu acervo patrimonial, assim como não houve a realização de estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, por deliberação da Diretoria Executiva. Na sequência, se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos porventura necessários por parte dos Acionistas sobre o Relatório. Pedindo a palavra, o Diretor Presidente da Metrobus, senhor Francisco Caldas explicou sobre a não realização por parte da Gestão do teste de *impairment*, relatado pela Auditora, enfatizando que essa ressalva já vem sendo suscitada há mais ou menos três anos pela Auditoria Independente, sem contudo, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, fazer qualquer avaliação ou recomendação sobre a mesma, tendo sido acatada a Instrução Técnica nº 65/2025 daquele Colegiado, conforme mencionado pelo senhor Antônio Márcio e as contas da Metrobus sido aprovadas pelo TCE **sem qualquer ressalva** pelo quarto ano seguido. O senhor Miguel Ângelo Pricinote, Presidente da Assembleia, retomando a palavra, indagou se os Acionistas precisavam de mais algum esclarecimento sobre o Relatório dos Auditores. Não havendo nenhuma reivindicação de explicação, colocou em votação a aprovação dos números e notas apresentados nesta reunião, referente ao exercício de 2025 manifestando, desde já, o seu voto pela aprovação das demonstrações contábeis individuais da Metrobus Transporte Coletivo S/A, compreendendo o **Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas**



demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, as quais apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da Metrobus em 31 de dezembro de 2025. Os demais Acionistas participantes da Assembleia também se manifestaram pela aprovação da documentação, seguindo ao Presidente da Mesa, deliberando que a documentação contábil e o Relatório dos Auditores Independentes ora analisados e aprovados, fossem anexados à presente ata, fazendo parte integrante da mesma. Como representante do Acionista Majoritário da Metrobus o Presidente da Assembleia destacou que a aprovação das demonstrações financeiras decorre de manifestações favoráveis tanto do Conselho Fiscal, como do Conselho de Administração, conforme Atas das reuniões realizadas no dia 15 de abril do corrente ano. Dentro de outros assuntos de interesse da Sociedade, o senhor Presidente franqueou a palavra para quem desejasse colocar algum assunto em discussão. Não havendo nenhuma manifestação dos participantes, agradeceu mais uma vez a participação de todos. Ato contínuo, também o Presidente da Metrobus, senhor Francisco Caldas, agradeceu a participação e o apoio dos Acionistas à atual gestão da Companhia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o senhor Miguel Ângelo Pricinote declarou encerrada a Assembleia da qual, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo Presidente da Assembleia e pelo Secretário. *Certifico que esta Ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.* Goiânia, 24 de abril de 2026.

MIGUEL ÂNGELO PRICINOTE

Representante do Acionista Majoritário Estado de Goiás

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

EDIR GOMES

SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA



Metrobus Transporte Coletivo S.A.
Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025
CPF/CNPJ 02.392.459/0001-03

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro

Em Reais Mil

Notas explicativas	2025	2024	Notas explicativas	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.731	5.148		
Contas a receber	4	16.898	12.765		
Estoques	5	5.290	8.050		
Adiantamentos	6	470	541		
Impostos a recuperar	7	405	293		
		<u>28.793</u>	<u>26.796</u>		
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	8	1.974	2.961		
		<u>1.974</u>	<u>2.961</u>		
Investimentos		51	51		
Imobilizado	9	14.359	15.517		
		<u>14.410</u>	<u>15.568</u>		
Total do ativo		<u>45.177</u>	<u>45.326</u>		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	10	766	870		
Salários e encargos sociais	11	7.295	5.028		
Impostos e contribuições a recolher	12	1.035	196		
Contas a pagar	13	6.599	6.342		
		<u>15.696</u>	<u>12.436</u>		
Não circulante					
Provisão para contingências	14	16.483	15.506		
Impostos e contribuições a recolher	15	6.784	6.539		
Contas a Pagar	16	-	2.087		
		<u>23.267</u>	<u>24.132</u>		
Patrimônio líquido					
Capital social (a)	17	221.702	221.702		
Reservas de lucros		86	86		
Reservas de reavaliação		6.482	6.572		
Prejuízos acumulados		(222.056)	(219.602)		
		<u>6.214</u>	<u>8.758</u>		
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>45.177</u>	<u>45.326</u>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais Mil

Composição das Contas de Resultados	Notas explicativas	2025	2024	Variação
Receita líquida de vendas de serviços				
Transporte operacional	18-a	55.129	44.732	10.397
Permissãoários	(a1)	431	877	(445)
Receita de subvenção - Econômica	(a2)	57.611	57.126	484
Deduções de vendas de serviços		(846)	(699)	(147)
Outras		136	290	(153)
Receita líquida de vendas de serviços		112.460	102.326	10.135
Custo dos serviços prestados	18-b	(91.425)	(73.627)	(17.798)
Lucro bruto		21.035	28.699	(7.663)
Receitas e despesas operacionais				
Despesas administrativas	18-b2	(20.709)	(17.026)	(3.683)
Causas cíveis, trabalhistas e tributárias	b2-1	(4.814)	(13.116)	8.302
Outras receitas e despesas reversões		2012	159	1.853
Lucro/prejuízo operacional		(23.511)	(29.984)	6.473
		<u>(2.476)</u>	<u>(1.285)</u>	<u>(718)</u>
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	18-b3	(272)	(536)	264
Receitas financeiras		683	1.293	609
		<u>411</u>	<u>757</u>	<u>346</u>
Receitas/despesas não operacionais				
Despesas Pessoal a disposição	19	(29.108)	(27.202)	(1.907)
Alienação de Bens (Prejuízo Venda de Imobilizado)	19-a	32	(1.554)	(1.522)
Receita de subvenção pessoal a disposição	19-b	28.597	27.320	1.277
	19-c	(479)	(1.436)	957
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.544)	(1.964)	(580)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(2.544)	(1.964)	(580)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente

Em Reais Mil

	2025	2024
Lucro/Prejuízo do exercício	(2.544)	(1.964)
Realização da reserva de reavaliação	83	83
Resultado abrangente total	(2.461)	(1.881)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais Mil

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) do exercício	(2.544)	(1.964)
Depreciação e amortização	2.314	4.929
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	3.502	13.116
Perda na alienação do imobilizado	452	1.448
Reversão de provisões despesas, cíveis e trabalhistas	-	2.011
Reversão de passivo tributário	-	-
	<u>1.713</u>	<u>11.967</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	572	-48
Estoques	2.760	(3.334)
Impostos a recuperar	(111)	(183)
Adiantamentos	71	(3)
Depósitos judiciais	987	4.689
	<u>4.279</u>	<u>1.121</u>
Aumento (diminuição) de passivo		
Fornecedores	104	(711)
Impostos e contribuições a recolher	-2.189	310
Salários e encargos sociais	(756)	99
Contas a pagar	(2.345)	1.547
Provisão para contingências passiva	978	(4.007)
	<u>-4.208</u>	<u>-2.762</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	1.784	10.326
Atividades de investimentos		
Venda de bens do ativo imobilizado	421	1.578
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.622)	(983)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.201)	595
Atividades de financiamentos		
Desvinculação da Receita	-	(6.624)
Subvenção para custeio	-	-
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	-	-6.624
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	583	4.297
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.148	852
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.731	5.148
	<u>583</u>	<u>4.297</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em Reais Mil

	Subscrito	A integralizar	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	L / P acumulados	Lucro do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2022	221.703	-	86	6.737	(225.559)	-	2.967
Reversão do capital a integralizar	-	-	-	(83)	83	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	7.755	7.755
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	7.755	(7.755)	-
Em 31 de dezembro de 2023	221.703	-	86	6.654	(217.721)	-	10.722
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(83)	83	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(1.964)	-	(1.964)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	221.703	-	86	6.571	(219.602)	-	8.758
Realização da reserva de reavaliação	0	-	-	(89)	89	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(2.544)	-	(2.544)
Em 31 de dezembro de 2025	221.703	-	86	6.482	(222.057)	-	6.214

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Metrobus Transporte Coletivo S.A. Constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A. novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana

de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com intervenção do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia - Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo



período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00 % para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38 % para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12 % para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais: 47,30 % para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35 % para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12 % para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50 % para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73 % para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos –Redemob para de forma conjunta e compartilhada: a) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitana, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31 % (janeiro a agosto), 26,02 % (setembro a novembro) e 7 % (dezembro). Conforme proposta de Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018 da RedeMob Consorcio, a partir de dezembro 2018 o modelo de rateio de despesas de "custeio do consorcio" foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consorcio no percentual de 15 % (Sitpass 8 % e consorcio 7 %) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária RMTc, vinculada a RedMob Consorcio. A partir de 2020, conforme Proposta de Deliberação (PD)Nº006/2019 da RedeMob Consorcio ficou deliberado o custeio de 14 % (Sitpass 8 % e consorcio 6 %), sobre valor atribuído a Metrobus do SMA.

No decorrer do exercício de 2024, com a assinatura entre a CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo), o SET (Sindicato das Empresas), a Redemob Consórcio e as concessionárias, do 2º Termo Aditivo ao acordo do SMA, que institui também o SMB (Sistema BRT – Operação conjunta entre as concessionárias), a estatal Metrobus, na partição de receitas, passou a receber o percentual de 31,9711% e não mais os 50 % das linhas interáreas.

Em 2025, a Metrobus celebrou termo aditivo com o Consórcio BRT para a cessão de uso não onerosa de ônibus elétricos. O Consórcio, constituído pela Metrobus e demais concessionárias de transporte coletivo, foi instituído no âmbito da Nova RMTc, em conformidade com a Lei Complementar nº 169/2021 e a Deliberação CDTC nº 01/2022.

O Consórcio BRT é responsável pela manutenção dos veículos, abrangendo serviços preditivos, preventivos e corretivos, bem como pelo fornecimento de energia elétrica aos ônibus cedidos, cuja restituição integral seria objeto de posterior ressarcimento pela Metrobus.

Para manutenção das atividades da companhia o acionista majoritário "Governo do Estado de Goiás" através da Lei de Subvenção 20.733 de 17 de janeiro de 2020, e alterada pela Lei 20.818 de 27 de julho de 2020, aprovou para a Metrobus o montante de R\$ 18.700.000,00. (Dezoito milhões e setecentos mil reais).. As subvenções econômicas autorizadas destinam-se ao para a cobertura dos déficit de manutenção das estatais mencionadas, consoante art. 18 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Conforme valor aprovado de subvenção, e por conta da pandemia a empresa recebeu durante o ano de 2020 do acionista Estado de Goiás o montante de R\$ 17.400.000, (Dezesseite Milhões e Quatrocentos Mil Reais). Em 2021 a Companhia recebeu R\$ 39.772.822,54 (Trinta e Nove milhões Setecentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Quatro Centavos).

Em 2022 a Companhia recebeu R\$ 38.067.445,15 (Trinta e Oito Milhões, Sessenta e Sete Mil, Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais e Quinze Centavos).

Em 2023 a Companhia recebeu R\$ 42.534.334,67 (Quarenta e Dois Milhões, Quinhentos Trinta Quatro Mil, Trezentos e Trinta e Quatro Reais e Sessenta e Sete Centavos), conforme a Lei Complementar 121/2015 (CONTA CUTE - CONTA ÚNICA DO TESOUREO ESTADUAL), a Estatal devolveu ao caixa do Estadual por força da Lei o montante de R\$ 18.583.316,04 (Dezoito Milhões Quinhentos e Oitenta e Três Mil, e Trezentos e Dezesseis Reais e Quatro Centavos, ficando o valor líquido no exercício de R\$ 23.951.018,63 (Vinte e Três Milhões, Noventa e Cinquenta e Um Mil, Dezoito Reais e Sessenta e Três Centavos).

Em 2024 a Companhia recebeu R\$ 84.446.717,30 (Oitenta e Quatro Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil, Setecentos e Dezesseite Reais e Trinta Centavos) conforme a Lei Complementar 121/2015 (CONTA CUTE - CONTA ÚNICA DO TESOUREO ESTADUAL).

Em 2025 a Companhia recebeu R\$ 86.207.617,92 (Oitenta e Seis Milhões, Duzentos e Sete Mil, Seiscentos e Dezesseite Reais e Noventa e Dois Centavos) conforme a Lei Complementar 121/2015 (CONTA CUTE - CONTA ÚNICA DO TESOUREO ESTADUAL), sendo esse montante para cobrir as despesas no custeio da Estatal Metrobus, bem como para afolha de pagamento mensal dos funcionários Cedidos a outros órgãos do Estado.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 30/03/2026, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2025.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter, com base em uma expectativa razoável, a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigentes que poderiam determinar um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou deter-

mináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, e após a data do balanço são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem: contas a receber, demais a receber, caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. E os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo a amortizado, usando o método a taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo, de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.4 Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico da aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas oficiais.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, da mesma forma, a média de vida útil é mencionada no Contrato de Concessão, para substituição do ativo.

2.7 Intangíveis

Programas de computador (softwares)

De Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada 5 anos.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo-não-circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado como uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, já deduzida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluirão para a entidade, quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado a taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.12 Contrato de concessão

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº 01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a companhia "Cessionária" pagará mensalmente a CMTC, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2 % (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

3 – Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	5.731	5.148
	5.731	5.148

Correspondem aos saldos provenientes dos recebimentos diários das receitas registradas na movimentação bancária. Em razão da adesão da empresa à Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), a partir de 01/05/2023, o montante maior passou a refletir os saldos de DDRs (Disponibilidade Direta de Recursos) vinculados à estatal Metrobus.

4 – Contas a Receber

	2025	2024
Perdas estimadas créditos duvidosos	(3.621)	(3.472)



Outras contas a receber	11.696	9.861
Contas a Receber CUTE/Tarifa Técnica	8.823	6.376
	16.898	12.765

A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

O saldo de R\$ 3.621 Mil, é composto por valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a companhia foi responsável solidária em débitos trabalhistas, em decorrência de ações movidas contra estas empresas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizou registros contábil de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, que não tinha perspectiva de recebimento a mais de 24 meses.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

Contas a receber da CUTE (Conta Única do Tesouro Estadual) incluem valores em trânsito, ou seja, os DAREs (Documentos de Arrecadação) emitidos e quitados, mas ainda não transferidos pelo Tesouro Estadual para a conta CUTE, e a tarifa técnica complementar dos entes (Estado de Goiás, Prefeituras de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira), que somam o montante acumulado em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 8075 mil.

Correspondem aos valores a receber decorrentes do Plano de Socorro Emergencial - COVID-19, firmados junto à Prefeitura de Senador Canedo, cujo montante foi objeto de acordo judicial para pagamento parcelado até o exercício de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a receber totaliza R\$ 716 mil.

Adicionalmente, incluem-se os valores a receber de permissionários, no montante de R\$ 748 mil, correspondentes a créditos relativos ao mês de dezembro de 2025, bem como a períodos anteriores, incluindo valores objeto de parcelamento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	(3.621)	(3.472)
Saldo final	(3.621)	(3.472)

5 - Estoques

	2025	2024
Bens de Consumo - Operadora	5.134	7.597
Bens de Consumo Administração	156	453
	5.290	8.050

Os estoques são avaliados e demonstrados ao Custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição, o custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa, reposição de estoque para manutenções preventivas e corretivas.

6 - Adiantamentos

	2025	2024
Férias	459	540
Outros	11	1
	470	541

Correspondem a valores adiantados a fornecedores, bem como a despesas antecipadas, tais como prêmios de seguros e férias de empregados da Metrobus, incluindo aqueles colocados à disposição (cedidos), regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Adicionalmente, o grupo "Outros" refere-se a pagamentos antecipados de seguros e a fornecedores.

7 - Impostos e contribuições a recuperar

	2025	2024
Impostos a recuperar	405	293
	467	293

O saldo remanescente de impostos a recuperar refere-se, principalmente, aos valores retidos no âmbito do PLE (Passo Livre Estudantil) e às operações de venda de vale-transporte a órgãos públicos. Adicionalmente, compreende créditos tributários de PIS, COFINS e INSS, decorrentes de valores recolhidos a maior, os quais serão objeto de compensação no exercício de 2026.

8 - Depósitos judiciais

	2025	2024
Depósitos Judiciais	1.974	2.961
	1.974	2.961

Os referidos depósitos estão vinculados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra a Companhia. A redução do saldo dessa rubrica ao longo do exercício de 2025 decorre, principalmente, das negociações e acordos judiciais firmados no período.

9 - Imobilizado

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia.

Descrição

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação		Saldo em 31/12/2025		Saldo em 31/12/2024	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Imobilizado	14.359	8.036	9.194	15.517		
Imobilizado Operadora	96.197	1.622	6.759	101.334		
Operadora	96.197	1.622	6.759	101.334		
Equipamentos/Instalações	1.694	477	317	1.534		
Móveis e Utensílios	705	180	50	575		
Edificações	593	-	-	593		
Terrenos	442	-	-	442		
Veículos de Apoio	242	-	-	242		
Frota de Ônibus	270	-	-	270		
Software - Programas	313	-	6	34		
Edificações em Andamento - ASSETUG	509	285	-	-		
Edificações em Andamento - SEDE	172	509	-	-		
Frota de Ônibus Novos	90.538	172	6.386	96.925		
Benefiteira	719	-	-	719		
Móveis e Utensílios ADM	-	-	-	-		
Depreciação Acumulada	-	87.087-	6.294	2.233-	91.148-	
Equipamentos/Instalações	-	855-	309	225-	939-	
Móveis e Utensílios 10% a 40%	-	257-	50	40-	267-	
Edificações 4%	-	371-	-	24-	348-	
Veículos de Apoio 7% a 20%	-	242-	-	-	242-	
Frota de Ônibus 8% a 25%	-	270-	-	-	270-	
Software - Programas	-	28-	6	-	34-	
Frota de Ônibus Novos	-	84.678-	5.930	1.915-	88.693-	
Benefiteira em Propriedade de Terceiros	-	355-	385-	-	30-	
Reavaliação	7.862	-	119	7.981		
Equipamentos/Instalações	47	-	80	127		
Móveis e Utensílios	18	-	5	23		
Edificações	2.612	-	-	2.612		
Terrenos	4.375	-	-	4.375		
Veículos de Apoio	99	-	-	99		
Frota de Ônibus	710	-	35	745		
Software - Programas	-	-	-	-		
Depreciação	-	2.613	119	83-	2.649-	
Equipamentos/Instalações	-	47-	80	-	127-	
Móveis e Utensílios	-	18-	5	-	23-	

Edificações	-	1.738-	-	83	1.655-
Veículos de Apoio	-	99-	-	-	99
Frota de Ônibus	-	710-	35	-	745
Software - Programas	-	-	-	-	-

A Companhia monitora os aspectos estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, avaliando o valor recuperável de seus ativos sempre que identificados indícios de que o valor contábil possa exceder o valor recuperável estimado, reconhecendo provisão para perda por desvalorização, quando aplicável.

Na data de encerramento das demonstrações contábeis, a Administração concluiu não haver indícios de que os ativos tangíveis tenham sofrido valorização, uma vez que não foram identificados fatores que indiquem perda no valor recuperável.

Durante o exercício de 2026, a Companhia iniciou o processo de substituição da maior parte de sua frota por veículos elétricos e a biometano, como parte de seu plano de modernização e sustentabilidade.

Considerando o cronograma de substituição, os veículos a combustão remanescentes possuem vida útil limitada e têm expectativa de geração de benefícios econômicos futuros inferior ao valor contábil registrado. Dessa forma, a Companhia entende que o valor contábil desses ativos não será totalmente recuperável, devendo ser baixado ou alienado ao longo do processo de renovação da frota. A perda estimada será reconhecida no momento da baixa ou venda/alienação dos ativos, refletindo a diferença entre o valor contábil e o valor de realização.

Conforme o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia adotou a INSTRUÇÃO TÉCNICA CONCLUSIVA Nº 65/2025 - SERV/FISC-GESTORES do TCE, onde nas páginas 22 e 23, manifesta que o teste de impairment não é obrigatório a sua realização apenas para as sociedades de grande porte, o que não é o caso da Metrobus.

	2025	2024
Investimentos	51	51
Imobilizado	14.359	15.517
	14.359	15.568

10 - Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores no país	766	870

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Companhia avaliou os saldos de fornecedores na data-base de 31 de dezembro de 2025, com o objetivo de identificar a existência de efeitos relevantes decorrentes do ajuste a valor presente.

Com base na análise realizada, concluiu-se que os referidos saldos não apresentam efeitos materiais que justifiquem o reconhecimento de ajuste a valor presente nas demonstrações contábeis do exercício de 2025.

11 - Salários e encargos sociais

	2025	2024
INSS	819	-
Salários a pagar	692	25
Provisão de férias	5.784	5.003
	7.295	5.028

12 - Impostos e contribuição a recolher

	2025	2024
Circulante		
COFINS/PIS	1	1
INSS DESONERAÇÃO/FOLHA	139	-
IRRF DIVERSOS / FOLHA (a)	829	5
ISS RETENÇÃO SERVIÇOS	107	26
Outros Impostos e contribuições a recolher(d)	98	25
	1.035	196

A Companhia mantém seus tributos devidamente regularizados. O saldo de impostos a recolher refere-se, substancialmente, às retenções efetuadas sobre notas de prestação de serviços, bem como aos tributos apurados na competência de dezembro de 2025, com recolhimento previsto para janeiro de 2026.

13 - Contas a pagar

	2025	2024
Acordos Judiciais(a)	1.943	3.587
CIA Metropolitana de Transportes(b)	4.567	1.683
Saneago (c)	89	1.072
	6.599	6.342

a) Com a celebração do acordo judicial no âmbito de ação cível com a empresa Escudo Vigilância e Segurança Ltda., o que resultou na redução do saldo desta rubrica, em decorrência dos pagamentos efetuados no período.

b) Foi celebrado acordo relevante junto à CMTCC, implicando a necessidade de complementação de valores superiores aos anteriormente provisionados para contingências.

c) Houve a baixa dos saldos a pagar junto à Saneago, em razão de acordo firmado, cujo cumprimento vem ocorrendo regularmente, e a devida quitação do acordo em janeiro/2026.

14 - Não Circulante

Contingências

Com base nas avaliações de probabilidade de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos, bem como nas análises realizadas pela Administração da Companhia, foi constituída provisão em montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis decorrentes do desfecho das ações judiciais em curso, conforme demonstrado a seguir:

	2025		2024	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas depósitos judiciais	Contingências líquidas depósitos judiciais
Cíveis	1.636	3.464	-1.828	1.483
Trabalhistas	5.114	67	5.047	4.627
Tributário	9.733	338	9.395	9.395
	16.483	3.869	12.614	15.506

Ocorreram depósito em garantias referente processos trabalhistas no ano de 2025, no valor de R\$ 3.869 Mil, as demais rubricas ficaram inalteradas, prevalecendo os valores contantes no relatório de contingências jurídicas.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2024		2025	
	Inicial	Transf.	Adições	Final
Cíveis	5.608	-	-4125	1.483
Trabalhistas	4.510	-	117	4.627
Tributários	9.395	-	-	9.395
	19.513	-	4.008	15.505

15 - Impostos e contribuição a recolher

	2025	2024
Parcelamento PGFN LEI 11.941 (a)	2.920	2.801
Parcelamento PGFN LEI 12.996/14 (a)	3.864	3.737
Parcelamento convencional INSS	-	-
	6.784	6.538

(a) Em 2017, a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) nos termos da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, com o objetivo de inclusão e liquidação dos débitos inscritos na Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, mediante benefícios com redução de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos e prejuízos fiscais e



base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Na data da consolidação, em decorrência de problemas no sistema eletrônico de dados da PGFN, os débitos da Companhia junto a PGFN não foram consolidados. A Administração tomou as providências para que ocorresse a consolidação de forma manual, mediante pedido administrativo enviado para a PGFN.

No decorrer do exercício a PGFN excluiu nosso parcelamento, mediante audiência com procurador da PGFN, o parcelamento do PERT, retornou a fase de consolidação, estamos aguardando o desfecho final, e até o presente momento, o órgão alegava não possuir mecanismos para efetuar a consolidação dos débitos, inclusive fomos notificados a negociar os débitos pendentes, referente a 2ª parcela com vencimento em agosto de 2017, sob pena de perder os benefícios da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, sendo esta parcela cobrada indevidamente, que encontra sob Júdice.

Fizemos o recolhimento do saldo remanescente do pedágio dos 5%, e que o restante será pago com prejuízo fiscal em uma única parcela.

16 – Contas a pagar

	2025	2024
Processo cível (Empresa Escudo)		2.087
Em decorrência do acordo judicial firmado com a empresa Escudo Vigilância e Segurança Ltda., o respectivo montante foi reclassificado para o passivo circulante no exercício de 2025, em função do vencimento no curto prazo.		

17 – Patrimônio Líquido

	2025	2024
Capital Social	221.702	221.702
	221.702	221.702

(a) Capital autorizado

A Companhia estava autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 224.493 mil, mediante deliberação do Conselho de Administração, correspondente à emissão de até 224.493 ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

O prazo para integralização, inicialmente fixado em 25/01/2018, foi prorrogado até 25/01/2020. Em razão da não integralização, foi estomado o montante de R\$ 2.790 mil da conta de Capital Social a Realizar. Ressalta-se que esta foi a última deliberação de aumento de capital da Companhia até o encerramento do exercício de 2025.

(b) Capital subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 221.702 Milhões.

Composição das contas de resultado

18 - Receita líquida de vendas de serviços

	2025	2024
Transporte urbano Operação (18- a1)	55.129	44.732
Permissionários	577	877
Receita de Subvenção (18-a2)		
Outras	57.611	57.126
	125	290
	846	(699)
Deduções de Venda de Serviços		
Receita líquida de venda de serviços	112.596	102.326

(a) Receita Bruta de Vendas de serviços Operacional

	2025	2024
Eixo anhanguera	156	128
Sistema de vale transporte	26.043	23.240
Sistema de passe escolar	3.375	-
Subvenção Econômica Lei Estadual 20.733/2020 (a2)	57.611	57.126
Complemento tarifário cidades do entorno e estado (a1)	36.264	27.572
Desvinculação da Receita	(15.388)	(7.072)
Adicional Complemento tarifário	4.911	866
Permissionários	577	1.303
Desvinculação Receita Permissionários	(146)	(403)
Venda de sucatas	38	59
Desvinculação venda sucatas	(11)	(24)
Outras Receitas	107	230
	113.483	103.025

(a1) Receita Tarifa Complemento Tarifário

A Lei Complementar nº 169 instituiu o complemento tarifário a partir de maio de 2022, disciplinando o funcionamento da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo de Goiânia, posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 171, de 29 de dezembro de 2021.

Os serviços são operados conforme a participação de cada ente federativo no sistema, sendo a apuração da bilheteagem realizada pelo consórcio RedeMob, com base na quantidade de usuários transportados. Os valores a receber são faturados à CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo), responsável pelo recebimento dos recursos junto aos entes participantes — Estado de Goiás e os Municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Goianira e Trindade, e posterior repasse às concessionárias.

No exercício de 2025, a Estatal Metrobus emitiu faturas à CMTC no montante de R\$ 36.264 mil, tendo sido registrada a desvinculação de receita no valor de R\$ 15.388 mil no mesmo período.

(a2) Receita de Subvenção

A Companhia recebeu recursos de subvenção econômica do Tesouro Estadual, valor líquido no ordem de R\$ 57.611 Milhões, para complementar o custeio da operação da companhia.

A Lei 20.733 autorizou o poder executivo a conceder subvenção econômica a favor da Companhia para cobertura do déficit de manutenção e cobertura das despesas com pessoal e custeio, fazendo com que a empresa pudesse operar no sistema do eixo anhanguera.

(18-b) Custos dos serviços Prestados

	2025	2024
Trafego	(64.268)	(49.816)
Manutenção	(24.793)	(21.526)
Setransp	(2.364)	(2.285)
	(91.425)	(73.627)
(18-b1) Trafego	2025	2024
Pessoal	(20.548)	(20.634)
Materiais	(20.056)	(16.256)
Depreciação	(2.285)	(4.928)
Serviços de Terceiros	(6.188)	(4.740)
Consórcio REDMOB	(6.850)	(5.542)
	(55.927)	(52.100)
(18-b2) Despesas administrativas	2025	2024
Salários, encargos Sociais e outras	(14.154)	(11.850)
Contingências Cíveis e Trabalhistas (b2.1)	(3.364)	(4.268)
Indenizações (b2.2)	(0,00)	(8.849)
Materiais diversos	(1.234)	(985)
Serviços de terceiros	(2.248)	(2.790)
Perdas no recebimento de créditos	(149)	(1)
Despesas tributárias	(1.461)	(1.112)
Recuperação de despesas (b2.3)	(85)	(4.368)
Reversão de despesas (b2.4)	1.926	2.132
Desvinculação de receita estadual (b2.5)	(222)	(6.224)
	-20.991	-38.315

(b2.1) Contingências Cíveis e Trabalhistas

Verificou-se redução nas contingências cíveis e trabalhistas, em decorrência da baixa de processos judiciais no período.

(b2.2) Indenizações

No exercício de 2025, não houve registro de indenizações. Dessa forma, o saldo da rubrica "Indenizações", no montante de R\$ 8.849 mil, refere-se integralmente ao exercício de 2024, não tendo apresentado movimentação no período.

Recuperação de despesas (b2.3)

No exercício de 2025, não foram celebrados acordos no âmbito do Plano de Socorro Emergencial, o que resultou em redução significativa do saldo no período.

Reversão de despesas (b2.4)

Ocorreram reversões de despesas relacionadas a contingências cíveis e trabalhistas, conforme relatório jurídico, em razão de provisões constituídas a maior, posteriormente ajustadas.

Desvinculação de receita estadual (b2.5)

No exercício de 2025, não houve contingenciamento de receitas próprias pelo Tesouro Estadual, somente as retenções do período relativas à DRE (Desvinculação de Receitas Estadual), em conformidade com a regulamentação vigente.

(18-b3) Receitas/Despesas financeiras

	2025	2024
Outras Despesas financeiras	(272)	(536)
Outras Receitas financeiras	683	1.293
	411	757

19 - Receitas/Despesas não operacionais

	2025	2024
Despesas Pessoal Cedidos (19-a)	(29.108)	(27.202)
Alienação Bens (Lucro/Prej. Venda de Imobilizado) (19-b)	484	(1.554)
Receita subvenção pessoal. Cedidos (19-c)	28.597	27.320
	(27)	(1.436)

19-a) Despesas com os funcionários a disposição (Cedidos), são em função dos dispêndios ocorridos a partir de outubro/2023 gerou um custo de 29.108 Mil, porém os mesmos encontram-se à disposição de outros órgãos do Estado de Goiás, mas com ônus da despesa da estatal Metrobus.

19-b) Foram registradas perdas decorrentes da venda de bens e da baixa de itens do ativo imobilizado como sucata, resultando em prejuízo no montante de R\$ 484 mil.

19-c) Recursos recebidos de subvenção econômica, foram gastos com folha de pagamentos dos funcionários contratados pela Metrobus Transporte Coletivo S.A, os quais se encontra a disposição de órgãos do Estado, mas que os vencimentos dos mesmo são recebidos na empresa de origem, ficando apenas as gratificações de função desses colaboradores a cargo da empresa, que os mesmos estão à disposição de outros órgãos.

Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalência de caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores. Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

Ativos financeiros

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5.731	5.148
Contas a receber	16.898	12.765
	22.629	17.913

Passivos financeiros

	2025	2024
Fornecedores	766	870
Contas a pagar	6.599	6.392
	7.365	7.262

20 (a) Instrumentos Financeiros:

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

Gerenciamento de riscos:

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:
(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa, advinda da subvenção econômica, quando necessária, seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

Impactos econômicos-financeiros – prestação de serviços considerado essencial

A atividade operacional da Companhia é considerada essencial, portanto, continua operando com a prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros na região de Goiânia e região Metropolitana de Goiânia.

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não é possível identificar alteração significativa nas atividades. Portanto, continua permanentemente avaliando a evolução da crise e os impactos que poderão ocorrer para isso, avalia que eventuais ajustes poderão ser necessários no futuro.

A Metrobus Transporte Coletivo S.A. desenvolve ações sociais internas voltadas à promoção do bem-estar, valorização e qualificação de seus colaboradores. Dentre as iniciativas, destacam-se os programas de capacitação contínua, incluindo treinamentos específicos para motoristas voltados à operação de ônibus elétricos, com foco em segurança, eficiência energética e adaptação às novas tecnologias empregadas no sistema de transporte.

Adicionalmente, a Companhia promove o programa "Círculo do Conhecimento", que consiste em ações estruturadas de compartilhamento de experiências, disseminação de boas práticas e desenvolvimento profissional, contribuindo para o aprimoramento das competências técnicas e comportamentais do quadro funcional.

Essas iniciativas são complementadas por ações de saúde ocupacional, segurança no trabalho e campanhas de conscientização, fortalecendo o clima organizacional e alinhando a gestão de pessoas às diretrizes estratégicas da Companhia, bem como às boas práticas de governança e sustentabilidade.

21 - Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás

A partir de 2021, a Metrobus passou a ser caracterizada como empresa estatal dependente, em razão do recebimento de recursos financeiros do ente controlador para custeio de despesas com pessoal e demais despesas operacionais, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Em decorrência dessa condição, o Estado de Goiás passou a incluir a Companhia em suas projeções orçamentárias, promovendo sua integração ao orçamento público estadual, nos termos da Lei nº 20.968/2021 e do Decreto nº 9.836/2021, com inclusão no orçamento fiscal.

Nesse contexto, a Companhia implementou adequações em seus sistemas administrativo, financeiro e contábil, visando atender às exigências do setor público.

Adicionalmente, a partir de 02 de maio de 2023, a Companhia passou a integrar a Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), nos termos da Lei Complementar nº 121/2015, com a centralização de seus recursos financeiros no Tesouro Estadual.

A Administração declara que aprovou e está de acordo com as Demonstrações Contábeis apresentadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

FRANCISCO CALDAS	MIGUEL ELIAS HANNA
Diretor Presidente	Diretor Financeiro
ANTÔNIO MÁRCIO MIGUEL	VALDIVINO CORREIA DA SILVA
Superintendente Financeiro	Contador CRC/GO nº 9410



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05853753134	
97054550153	